



PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: EFEITOS E DIFICULDADES

Ariel Moraes de Andrade ¹

RESUMO

É determinado que as escolas devem ofertar a adaptação curricular, trazendo diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos adequados ao desenvolvimento do aluno (BRASIL, 2001). Para isso, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma estratégia que colabora no desenvolvimento e no processo de ensino-aprendizagem por considerar as especificidades do aluno e a forma com que ele aprende, o que pode ser útil na inclusão, especialmente, de alunos com TEA - Transtorno do Espectro Autista. O trabalho tem como objetivo apresentar os efeitos acerca da aplicação do Plano Educacional Individualizado em alunos com transtorno do espectro autista além de compreender algumas conceituações do TEA e as dificuldades enfrentadas na inclusão desses alunos. Para realização deste estudo, foi utilizado o método de revisão bibliográfica, em que foram utilizados artigos e livros encontrados em plataformas digitais no ano de 2020, em que foram usados textos na íntegra e comentários acerca deles. Diante do estudado, percebe-se dificuldades desde a estruturação das escolas até a formação dos profissionais da educação e cristalização do aluno em suas deficiências. Além disso, percebe-se que o PEI atua como promotor de possibilidades e avaliação do desenvolvimento da criança, podendo ser uma ferramenta que oferece suporte às necessidades da criança, haja vista que é construído de acordo com suas demandas e evoluções. Portanto, é necessário que ele seja aplicado de forma correta e congruente com a realidade da criança, sendo atualizado de mediante os avanços do aluno.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Tea, Plano Educacional Individualizado.

INTRODUÇÃO

A valorização da criança foi sendo desenvolvida de forma gradual no decorrer da história, inclusive, no contexto brasileiro. Inicialmente, no Brasil, o crivo para o acesso à educação infantil entre crianças de 0 a 6 anos eram os valores sociais, econômicos, políticos e morais de cada época. A partir da década de 1980 a Educação Infantil (EI) passa a ser composta pela união da creche com a pré-escola. Diante disso, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 define a EI como obrigatória e sendo a primeira etapa da educação básica. Logo, mediante essa legislação, a EI começa a ser responsabilidade e dever do Estado sendo um direito de todas as crianças (SOUZA, 2019).

Dessa forma, tem-se oficialmente a concepção de criança como um sujeito de direitos e com potencialidades, como está compreendido nas normativas internacionais da

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Potiguar - RN, arielandrade@hotmail.com;



Declaração Universal dos Direitos da Criança previsto no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 1998 o Ministério da Educação publicou o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), que consiste em um conjunto de sugestões pedagógicas que baseiam as ações dos profissionais que atuam na EI. Além disso, para avaliar como está sendo o processo de elaboração, atuação e a qualidade dessas ações, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) instituiu um instrumento para identificar problemas mais frequentes encontrados na EI.

Com isso, foi apontado, entre as dimensões de avaliação, a dificuldade no manejo de alunos com alguma deficiência proveniente de uma formação deficitária e de políticas públicas mais efetivas, em que o ensino regular seria em conjunto com a educação especial, entretanto, precisa-se fazer mudanças estruturais, organizacionais, metodológicas e formativas no processo de ensino-aprendizagem e nas instituições de ensino (SOUZA, 2019 apud BRASIL 2009; MIRANDA et al, 2013).

Dessa forma, a resolução nº2/2001 fornece o fundamento para elaboração e ação de planejamentos pedagógicos diversos com o intuito de promover inclusão e desenvolvimento dos alunos com necessidade de atendimento especial em relação ao processo de ensino aprendizagem. Além disso, essa resolução também determina que as escolas devem ofertar a adaptação curricular, trazendo diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos adequados ao desenvolvimento do aluno (BRASIL, 2001). Sendo assim, mediante os avanços da educação inclusiva e atendimento educacional especializado, percebe-se que os planejamentos individuais podem ser ferramentas que colabora na evolução do aluno, para isso, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento que pode ser de grande valia para avaliar a situação de aprendizagem do estudante para atender suas demandas e garantir que a educação seja garantida e acessível.

Diante disso, percebe-se a relevância do uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), como um meio de promoção de acessibilidade curricular. O PEI é um recurso pedagógico que estabelece metas e estratégias acadêmicas e funcionais para os alunos com deficiência, além disso, é de extrema importância que seja, inteiramente, centrado no aluno.

Diante disso, o PEI é uma forma de gestão do processo inclusivo que visa garantir a educação para alunos público-alvo da educação especial, haja vista que ele vai permitir que haja um maior conhecimento sobre o aluno. Ele é um plano construído pelos professores em conjunto com os pais, em que são percebidas as dificuldades dos estudantes, suas potencialidades e as demandas de desenvolvimento para serem organizadas e formadas as



metas de aprendizagem. Como o aluno vai evoluindo em grau de desenvolvimento e aprendizagem, é necessário que o plano seja monitorado e reavaliado periodicamente, pela equipe, para realizar as alterações necessárias em estratégias e alcance dos objetivos de aprendizagem do aluno (COSTA; SCHMIDT, 2019).

Pereira (2014) aborda o conceito de PEI como um instrumento de diferenciação e contextualização que possui o intuito de favorecer o ensino do aluno sendo um otimizador e norteador do processo de ensino-aprendizagem e um instrumento para avaliação do desenvolvimento do aluno. Além disso, é essencial para a aprendizagem de forma integral, haja vista que as ações do PEI extrapolam a proposta do plano formal, sendo um fator de forte influência para avaliação do ambiente, interação, socialização e desenvolvimento de suas funções enquanto estudante.

Costa e Schmidt (2019) citando Valadão (2010), relata que a proposta de PEI na Itália, França, Estados Unidos e Espanha percebeu que esse é um instrumento que pode atender diferentes demandas educacionais, o que viabiliza a inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais, haja vista que o plano tem caráter flexível. Sabendo disso, o PEI pode ser considerado um mapa que orienta a educação contendo informações, metas e estratégias pertinentes de em consonância ao aluno.

Diante da realidade nacional, existem outras formas de planejar o ensino de alunos com autismo na escola além do PEI, como AEE, SRM - Sala de Recursos Multifuncionais, PAEE - Plano e Atendimento Educacional Especializado, PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, entre outros. Porém, diferente das outras ações educacionais, o PEI não apresenta restrições ou inferências concernente a espaço e tempo, como uma sala determinada ou contraturno escolar. A implementação do PEI deve ser feita em todo contexto escolar que se faça necessário. Ademais, suas propostas de intervenção interferem em todos os níveis do processo escolar (COSTA; SCHMIDT, 2019).

De acordo com o autor supracitado, além disso, é importante pontuar a diferença entre o PDI e o PEI, uma vez que muitos autores o caracterizam em semelhança e relatam que sua diferença é apenas semântica por também adequar o currículo escolar ao aluno e acompanhar o aluno por toda sua trajetória escolar, todavia, o PDI tem caráter mais restrito e sintético, com qualidades específicas de um setor ou profissional da escola, geralmente, a SRM. Já o PEI abrange a integralidade do aluno e, como já exposto, pode ser aplicado nas diversas esferas educacionais. Logo, pode-se dizer, de forma analítica, que o PEI pode ser um PDI, mas nem todo PDI pode ser um PEI, justamente, por sua limitação.



É importante ressaltar que o PEI abarca categorias úteis para compreender a proposta de promoção de inclusão e suporte para alunos com necessidades especiais em que são divididas em instrumental, operacional e documental. Em que o instrumental e operacional estão correlacionadas a questões pedagógicas e a documental se propõe a compor a áreas da legalidade, responsabilidade e a gestão da inclusão. Dessa forma, todas essas categorias são postas a refletir uma educação inclusiva de qualidade no que condiz tanto ao acesso físico quanto a aprendizagem escolar, no sentido de ir para além do conteúdo formal, mas em toda conjectura sócio-educacional.

Dessa forma, de fato, é possível notar que o PEI é uma estratégia que colabora no desenvolvimento e no processo de ensino-aprendizagem por considerar as especificidades do aluno e a forma com que ele aprende, o que pode ser útil na inclusão, especialmente, de alunos com TEA - Transtorno do Espectro Autista. Além disso, a nota Técnica nº24 (BRASIL, 2013) descreve as orientações aos sistemas de ensino para a implementação dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em que é dado as orientações sobre os parâmetros individualizados e flexíveis da avaliação pedagógica. Sendo assim, é importante que haja interação igualitária e comunicação efetiva entre a escola, a família e os profissionais que formam a rede de assistência à criança, uma vez que formulação do PEI não pode ter distonia da realidade das dificuldades do aluno.

Sendo assim, é importante compreender as características e critérios diagnósticos do TEA para elaborar o PEI da melhor forma. Logo, o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que, inicialmente, a CID-10 trazia vários diagnósticos dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento como: Autismo Infantil (F84.0), Autismo Atípico (F84.1), Síndrome de Rett (F84.2), Transtorno Desintegrativo da Infância (F84.3), Transtorno com Hipercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados (F84.4), Síndrome de Asperger (F84.5), Outros TGD (F84.8) e TGD sem Outra Especificação (F84.9).

Segundo o DSM 5, o TEA apresenta déficits persistente na comunicação e na interação social em diferentes contextos, padrões restritos e repetitivos de comportamentos, chamados de movimentos estereotipados, além dos sintomas causarem prejuízos clinicamente significativo no funcionamento nas esferas sociais, profissionais da vida do indivíduo. Além disso, as crianças com autismo possuem dificuldades que podem ser potencializadas no processo escolar.

Todavia, apesar dos déficits encontrados no neurodesenvolvimento desses alunos, eles podem apresentar outras potencialidades, mesmo que não seja relacionado ao processo de ensino regular, e que precisam ser levadas em consideração. Dessa forma, o trabalho tem como



objetivo apresentar os efeitos acerca da aplicação do Plano Educacional Individualizado em alunos com transtorno do espectro autista além de compreender algumas conceituações do TEA e as dificuldades enfrentadas na inclusão desses alunos.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Para realização deste estudo, foi utilizado o método de revisão bibliográfica de forma expositiva, em que é formado a partir de livros, revistas, periódicos e sites oficiais. Além disso, a pesquisa bibliográfica se utiliza de recursos já testados e comprovados por outros pesquisadores sendo uma fonte de informação de diversas ópticas e diferentes abordagens, dessa forma, colabora para disseminação de conhecimento e para um comparativo entre os autores.

Entendo que a revisão bibliográfica pode ser baseada em conteúdos diversos, é uma das principais ferramentas de pesquisa entre os alunos e pesquisadores iniciantes a fim de fornecer fontes e apoio para as demais pesquisas, dessa forma, é um meio de fundamental importância no processo de aprendizagem e apropriação do conteúdo e da construção da pesquisa. Além disso, a pesquisa bibliográfica pode identificar lacunas em pesquisas já existentes, limita o foco da pesquisa, identifica as diversas esferas de um mesmo tema e aplica a percepção do pesquisador sobre as afirmativas dos autores.

Local de coleta de dados

Para a pesquisa, foram utilizadas artigos e livros encontrados em plataformas digitais no ano de 2020, em que foram usados textos na íntegra e comentários acerca deles. Além disso, os artigos encontrados foram de acesso livre.

População e amostra

Considerou-se artigos científicos em língua portuguesa, nos últimos 10 anos que trouxessem assuntos pertinentes ao desenvolvimento da temática escolhida para realização deste trabalho. A pesquisa teve duração de, aproximadamente, dois meses, entre agosto e novembro de 2020. Para o processo de pesquisa, foram utilizadas palavras chaves como: Plano Educacional Individualizado, Autismo e Inclusão. Como critérios de exclusão foram: artigos internacionais ou que traziam dados inferiores ao ano de 2010.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criança quando começa a se aproximar da fase escolar, os seus cuidadores passam a procurar instituições que possam acolher e dar o suporte necessário para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, logo, entre crianças com TEA não é diferente, todavia, nem todas as instituições escolares estão preparadas estruturalmente e pedagogicamente para receber esse público. De acordo com Vitta, Vitta e Monteiro (2016) “a educação infantil é importante para o desenvolvimento de qualquer criança, especialmente para aquelas com necessidades educativas especiais, o que inclui o autismo.”

Dessa forma, percebe-se a necessidade da educação infantil para toda criança por ser uma base para seu desenvolvimento, principalmente, para crianças neurotípicas. Possibilitando a criança seu autoconhecimento, desenvolvimento de sua autonomia e fazendo a mesma construir novos conhecimentos dentro do ambiente escolar. A Declaração de Salamanca afirma que:

As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores [...] A formação em serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiados pela formação à distância e outras formas de auto formação (BRASIL, 1994, p. 27-28).

Diante disso, espera-se que a escola não ignore nem marginalize as diferenças entre os alunos e ofereçam um acolhimento adequado às necessidades do aluno. Ou seja, não se deve só inserir o aluno no ambiente escolar, mas mediar e facilitar seu desenvolvimento cognitivo, intelectual e social. Para isso, algumas estratégias precisam ser utilizadas para construir um espaço adequado e amparado para esse aluno, entretanto, a escola ainda enfrenta dificuldades no fazer da inclusão.

Diante disso, a partir da identificação dos componentes necessários para inclusão bem como as potencialidades da criança, Rodrigues (2015) relata a cristalização do aluno, ou seja, a tendência de focalizar os comprometimentos da criança em detrimento de suas potencialidades. Além disso, Castanha (2019) afirma que os professores foram surpreendidos com a inclusão de alunos com diversas necessidades especiais e não possuem formação adequada para trabalhar com essas crianças.

De acordo com o autor supracitado, esse fato pode ser consequência da própria grade curricular deficitária das universidades quanto da falta de formação continuada desses professores. Sendo assim, torna-se difícil o manejo dos comportamentos e necessidades desses alunos em sala de



aula, além de prejudicar as estratégias pedagógicas que precisam ser remodeladas para total compreensão do aluno.

Ademais, apesar das diversas políticas públicas de inclusão como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), falta estrutura eficiente e profissionais capacitados para atuarem nesses locais. Sendo assim, notar-se-à que a criança com TEA passa por muitos desafios, mas há diversas possibilidades de estes virem a ter uma aprendizagem de qualidade no que diz respeito às estratégias pedagógicas. Diante disso, Orrú (2012) ressalta que o processo ensino aprendizagem deste aluno abarca uma relação pedagógica, do cotidiano e ação mediadora do ensino. Portanto, percebe-se o PEI como uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento desses critérios.

Diante disso, as barreiras atitudinais, definidas como ações que inferiorizam as pessoas com TEA, muitas vezes, por meio de rótulos, estereótipos, negligência na assistência, segregação e cristalização da sua deficiência, essas atitudes podem ser mitigadas pelo tratamento congruente com suas necessidades, problematizando as ações não com intuito de separar o aluno da classe regular, mas com o intuito de sensibilizar os agentes sociais a qualificarem suas atitudes (PEREIRA, 2014) .

Dessa forma, segundo a autora supracitada, as diversas demandas podem ser identificadas e corrigidas, possibilitando que o aluno tenha acesso a uma comunicação efetiva, que colabora na sua interação social com os professores e outras crianças, seu desenvolvimento da autonomia e criticidade. Sabendo como o PEI funciona e quais seus objetivos e que o TEA apresenta diversos déficits, entretanto, podem ser desenvolvidos e suas potencialidades podem ser evidenciadas, por meio do PEI, essas questões podem ser trabalhadas mais efetivamente e o aluno tem seu suporte educacional garantido, possibilitando seu crescimento intelectual, educacional, social e cognitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, notar-se-á que a educação inclusiva passou e passa por diversas fases e desafios para oferecer educação qualificada a todos os alunos, além disso, o Transtorno do Espectro Autista vem sendo estudado e especificado, o que colabora no desenvolvimento de ações de enfrentamento que possam ajudar mais veemente e com melhor eficácia no manejo das crianças com TEA no contexto escolar.

Sendo assim, além da consonância das políticas públicas inclusivas com a realidade das escolas concernente a estrutura e suporte, é importante a promoção de formações e capacitações



de profissionais que atuem com esse público para que haja melhor compreensão e manejo no processo de ensino-aprendizagem em todas as esferas da vida da criança.

Além disso, percebe-se que a inclusão e o TEA é um tema atual e frequente, todavia, ainda se existe preconceito nas atitudes e discursos de muitas pessoas, inclusive, dentro no ambiente escolar. Dessa forma, é importante a realização de ações que possibilitem a quebra de discursos cristalizadores, inferiorizados e preconceituosos em relação a esse público, uma vez que possuem potencialidades que podem ser evidenciadas com a estimulação e o desenvolvimento correto.

Diante disso, o PEI se apresenta como uma ferramenta de extrema importância para que o aluno seja acompanhado e acolhido sendo garantido seus direitos de educação com qualidade e seja possibilitado seu desenvolvimento biopsicossocial. Portanto, é necessário que ele seja aplicado de forma correta e congruente com a realidade da criança, sendo atualizado de mediante os avanços do aluno, acessando as pessoas que contemplam a vivência da criança, além dos profissionais pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e os demais necessários para identificar as demandas e evoluções da criança para, assim, atuar de forma efetiva e congruente com suas necessidades.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

BRASIL, Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb0201.pdf>

BRASIL. Nota Técnica Nº 24, de 21 de março de 2013. Orientações aos Sistemas de Ensino para a Implementação da Lei nº12.764/2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994. p. 17.



CASTANHA, J. G. Z. Trajetória do autismo na educação: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Cascavel, 2016. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3388/5/Juliane_Castanha2016.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ORRÚ, S. E. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

PEREIRA, Débora Mara. Análise dos efeitos de um plano educacional individualizado no desenvolvimento acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo, 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

RODRIGUES, S. R. Oficinas de Acessibilidade ao Currículo: Pensando na inclusão da diversidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 4., São Carlos. Anais eletrônicos [...] São Carlos: UFSCar, 2015.

VITTA, F. C. F.; VITTA, A.; MONTEIRO, A. S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 16, n. 3, p. 415-428, 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n3/v16n3a07.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.